



## CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CURRÍCULO PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DO RIO GRANDE

**MICHEL, Caroline Braga<sup>1</sup>; Dnda. NOGUEIRA, Gabriela Medeiros<sup>2</sup>; Dra. PERES, Eliane Teresinha<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia e Pós-Graduada em Ed. Física Escolar - FURG - Bolsista Voluntária do Projeto de Pesquisa "Implantação do ensino fundamental de nove anos em municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul" – HISALES - FaE/UFPEL [caroli\\_braga@yahoo.com.br](mailto:caroli_braga@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Professora Assistente do Instituto de Educação da FURG e Doutoranda em Educação pela FaE/UFPEL [gabynogueira@uol.com.br](mailto:gabynogueira@uol.com.br)

<sup>3</sup>Professora Adjunta da Faculdade de Educação - UFPEL [etperes@terra.com.br](mailto:etperes@terra.com.br)

### INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte da pesquisa *Implantação do ensino fundamental de nove anos em municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul* desenvolvida pelo grupo HISALES (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares, FaE/UFPEL), desde 2006, sendo que a partir de julho de 2008 conta com apoio financeiro do CNPq. É importante destacar que a partir da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 o Ensino Fundamental passou a ter nove anos de duração, com matrícula obrigatória das crianças a partir dos seis anos de idade. Este momento de transição é bastante complexo, pois há muito mais dúvidas do que certezas, tanto por parte das Secretarias Municipais de Educação, das escolas, das professoras, como das famílias e da comunidade em geral. Na tentativa de entender qual configuração terá o novo Ensino Fundamental, mais especificamente o 1º ano, muitas pesquisas, reuniões, discussões foram e continuam sendo necessárias. Neste trabalho, buscamos acompanhar parte deste processo realizado pela rede municipal do Rio Grande em relação à construção do currículo do 1º ano. Para tanto, buscamos informações na Secretaria Municipal de Educação, através de entrevistas e pesquisa documental e, também, em três escolas, através de pesquisa em documentos referentes a projetos e planejamentos das professoras.

### METODOLOGIA

Considerando que até maio de 2007 ainda não havia um "programa oficial" do sistema municipal de ensino para o 1º ano, julgamos pertinente evidenciar o percurso trilhado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) no decorrer de 2006, de forma que os movimentos que constituíram os Planos de Trabalho organizados pelas professoras do 1º ano fossem valorizados na análise da implantação do ensino fundamental de nove anos. Para apreendermos os objetivos previstos para o 1º ano, realizamos estudos de documentos produzidos pelo Ministério da Educação – MEC ou afins, incluindo a legislação vigente. Além disso, foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas (duas com a Assessora

Pedagógica e uma com a Secretária de Educação), análise do Projeto de Curso da SMEC, “Capacitando professores para atuar no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos”, e três Planos de Trabalho (dois fornecidos por professoras do 1º ano e um pela Assessora Pedagógica). Pautamos nossas análises sobre os dados coletados na pesquisa fazendo referência aos seguintes autores: Marques (1999), Peres (1999), Junqueira Filho (2003) e Silva (2003), quanto às questões sobre currículo; Emília Ferreiro (1985) e Ana Teberosky (1985), no que tange à alfabetização; Manuel Jacinto Sarmiento (2005), acerca das questões da infância.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com as entrevistas realizadas com a Assessora Pedagógica e com a Secretária de Educação, existia uma notável preocupação por parte das professoras sobre o que trabalhar, quais conteúdos desenvolver e se deveriam alfabetizar ou não no 1º ano, além da recorrente solicitação de “orientações definidas”, como, por exemplo, listagem de conteúdos e temáticas, ou seja, algo que subsidiasse o trabalho para esse 1º ano. De acordo com a Assessora Pedagógica da SMEC isso não ocorreu. Afirmou ela: “Eu acho que no início [...] ficava todo mundo apavorado e queriam o programa, mas não tinha a lista de programas e ficava mais indignada quando vinham perguntar. Mas elas precisam de alguma coisa para se basear. Não foi dado nada. Se a gente fosse falar tem que alfabetizar, ‘Deus me livre’, ia ser 1ª série antecipada, se eu dissesse gurias é só trabalho com a socialização, nem podia porque não era a proposta, qual idéia seria? A de um jardim forte, que é o nome que alguns estavam dando [...]” (ASSESSORA PEDAGÓGICA, 16/05/2007). Ela afirmou, ainda, que a intenção era de que o trabalho fosse sendo construído coletivamente, partindo da leitura e do estudo do material disponibilizado pelo MEC<sup>1</sup> e, também, da troca de experiência entre as professoras do 1º ano. Nessa perspectiva, a Assessora Pedagógica, juntamente com a equipe da SMEC, organizou um Projeto de Curso com o intuito de proporcionar subsídios para as professoras que trabalhariam com o 1º ano em 2006, de forma que essas pudessem desenvolver um trabalho adequado, organizando uma proposta condizente para o mesmo. Ao analisar o projeto, destacamos que a estrutura do mesmo é pautada na Lei nº 11.274/2006 e a justificativa ressalta a importância de não se considerar essa mudança meramente administrativa, restringindo a discussão ao aumento do tempo da criança na escola e, sim, ao aproveitamento desse tempo, pois segundo consta no documento: [...] é preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, o que implica conhecimento e respeito as suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas (2006, p. 2). Encontramos também destaque para a necessidade de reorganizar diversos aspectos tais como: [...] tempos e espaços escolares, formas de ensinar, aprender, avaliar, organizar e desenvolver o currículo e trabalhar com o conhecimento, respeitando a singularidade do desenvolvimento humano (PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE CURSO da SMEC, “Capacitando professores para atuar no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos”, 2006, p. 3). Com o intuito de problematizar essas questões, buscamos o documento sobre o *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*, do MEC (2006). Após a leitura do mesmo e do Projeto do Curso de Capacitação para as professoras do município do Rio Grande,

---

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

percebemos grande similitude entre ambos e inferimos, inclusive, que o Projeto foi elaborado a partir da leitura do material, indicando dessa forma que a SMEC buscou seguir o máximo possível às orientações do Ministério.

Já os Planos de Trabalho das escolas – os quais serão identificados por A, B e C, e assim denominados por não possuírem uma nomenclatura específica – apresentam apenas cabeçalhos com a identificação da escola e os diferentes títulos no caso de cada uma das escolas: 1) Objetivos do 1º bimestre, no caso da escola A; 2) Objetivos do 1º semestre, na escola B; 3) Temáticas previstas para o 1º trimestre, no caso da C; indicando, assim, a forma como cada escola se organizou. Torna-se evidente também que, embora as professoras tenham participado do Curso de Capacitação e, nesse sentido, realizaram a mesma formação, os documentos apresentados demonstram resultados diferentes. De acordo com Marques, [...] percebe-se, assim, o currículo como articulação dinâmica no concreto das relações sociais, das práticas educativas diretas e intencionais e do exercício atento e responsável da profissão do educador (1999, p. 19). É possível destacar que, embora não exista uma separação dos objetivos por áreas de conhecimento, podemos facilmente observar os que fazem referência ou remetem à alfabetização, à Matemática, à Educação Física, às Artes, etc.; e, também, que apenas a escola B apresenta a construção do seu currículo “junto com as crianças”, isto é, considerando os interesses, as vontades e as necessidades das mesmas, segundo consta no documento. Dentre os vários objetivos dos Planos de Trabalho das escolas A e C, trazemos como exemplo dois referentes à Linguagem, *Interpretar histórias e fatos sendo capaz de posicionar-se e ter pensamento crítico (Escola A)*; e *Relatar em seqüência, atividades de rotina de diária executadas em casa e na escola (Escola B)*, isto é, nos objetivos que envolvem a linguagem está contemplada a utilização de livros, as idas na biblioteca, relatos de vivências, a interpretação de histórias, etc. Envolvendo a área de Matemática encontramos os seguintes objetivos, por exemplo: *Estabelecer noção de quantidade (Escola A)* e *Identificar e relacionar quantidade até três, demonstrando lógica matemática (Escola B)*. Percebemos que na escola A não há uma preocupação em estabelecer o quanto avançar no conteúdo, ao contrário da escola C que determina, por exemplo, que no 1º bimestre os numerais devem ser trabalhados oralmente até o 10, e relacionando a quantidade apenas até o 3, sendo que no 2º bimestre até o numeral 6 também relacionando a quantidade. Já o Plano de Trabalho B é pautado em temáticas e, nesse sentido, é mais amplo, tornando difícil perceber questões mais específicas que também foram possíveis de identificar nos planos das escolas A e C, embora não exemplificados no texto. De qualquer forma, evidenciamos uma intenção em proporcionar às crianças a inserção no universo letrado e escolar, buscando isso através da valorização das individualidades, da construção de uma identidade da turma e de um trabalho envolvendo a coletividade.

## CONCLUSÕES

Por tudo que foi analisado até agora, entendemos que há por parte da SMEC e das professoras uma mobilidade em organizar um currículo que atenda às necessidades das crianças, para que a mudança no sistema educacional não seja apenas uma estratégia política e, sim, uma efetiva reestruturação político-pedagógica. Há uma consonância entre a proposta do MEC e do curso de Capacitação de professores realizado pela SMEC em 2006. Ambos sugerem uma reorganização na prática pedagógica que vem ocorrendo até então, no sentido de

que a infância ou as infâncias sejam respeitadas, valorizadas e realmente consideradas no contexto escolar. Todavia, analisando os Planos de Trabalho, entendemos que ainda há uma configuração muito voltada para o comportamento das crianças e para uma aprendizagem fragmentada. Isto não significa que os conteúdos não sejam importantes e necessários, mas que, para além disso, existem outras questões que devem ser melhor compreendidas e revistas, como por exemplo, o que é alfabetização e letramento? No que eles se aproximam, no que se distanciam? O que é importante que uma criança de seis anos aprenda na escola? De que forma se dá a aprendizagem? Quais linguagens serão privilegiadas e quais serão excluídas? Quais espaços serão utilizados e de que forma? Enfim, inúmeros são os questionamentos que as professoras podem fazer ao longo do 1º ano, a fim de reestruturarem suas práticas e seus Planos de Trabalho, pois apesar de terem participado do Curso de Capacitação e terem recebido a mesma orientação, é possível perceber enfoques diferentes nos planejamentos, os quais muitas vezes elucidam as concepções de práticas pedagógicas subjacentes a cada uma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Linguagens geradoras: um critério e uma proposta de seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. In: **Cadernos de Educação**. Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Educação, ano 12, nº 21, jul/dez 2003. Pelotas: FaE/UFPEL, 1992, semestral.

MARQUES, Mario Osório. A dinâmica de um currículo integrado. IN: CAMARGO, Ieda de. **Currículo escolar**: propósitos e práticas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

PERES, Eliane Teresinha. O conceito de currículo na literatura educacional crítica: uma contribuição às pesquisas no campo curricular. In: **Cadernos de Educação/UFPEL**, Pelotas (12): 35-49, jan/jul 1999.

RIO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Projeto de curso**: capacitando Professores para atuar no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos. 2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância, In: **Educação & Sociedade: Revista de Ciências da Educação**. Vol. 26, maio/ago. São Paulo: Cortez, Campinas, CEDES, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.